



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



Of. nº 197/2025/GPBCN

Bom Despacho, 6 de outubro de 2025

A Sua Excelência o Senhor  
Maique Aparecido Alves  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro  
35630-034 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminha projeto que altera dispositivos da Lei 2.349, de 26 de setembro de 2.013.

Senhor Presidente,

Encaminhamos à elevada consideração de Vossa Excelência o projeto de lei que altera dispositivos da Lei nº 2.349, de 26 de setembro de 2.013.

A proposta de alteração dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 2º que trata da lotação e do exercício dos cargos previstos nas Leis Municipais nº 2.349/2013 (Técnico em Gestão Pública Municipal), justifica-se pela necessidade de conferir maior flexibilidade, eficiência e aderência à realidade administrativa do Município de Bom Despacho, no que se refere à alocação estratégica de pessoal para atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

A atual redação restringe de forma excessiva a lotação dos servidores aos órgãos da administração direta com competências específicas, o que pode gerar limitações operacionais, sobretudo diante da crescente integração entre as políticas públicas, os entes da administração indireta (autarquias, fundações e empresas públicas) e os demais órgãos públicos. A nova redação possibilita a lotação provisória ou a cessão dos servidores também para essas entidades, assegurando maior dinamismo na gestão de pessoal.

Propõe-se a alteração da atribuição da lotação de servidores para a Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com a estrutura e competências das Secretarias, prevista no art. 31 da Lei Complementar nº 25/2013, qual seja: “Art. 31. À *Secretaria Municipal de Administração compete:* a) *gerenciar, coordenar e executar as políticas de gestão com pessoas;* b) *elaborar e acompanhar os contratos e convênios firmados pela prefeitura;* (...)”, ouvidas as demais secretarias, inclusive em caráter provisório. Trata-se de medida de gestão, que visa a garantir centralização das decisões estratégicas quanto ao uso do quadro de pessoal efetivo, respeitando as demandas específicas dos diversos órgãos e secretarias.

Em conformidade com o Estatuto do Servidor, a proposta de alteração observa o disposto no art. 31 da Lei Municipal nº 1.321/1991, que estabelece a possibilidade de colocação de servidores à disposição de outros órgãos da União, do Estado, dos Municípios e de suas entidades da administração indireta, mediante convênio autorizado por lei municipal. A nova redação dos dispositivos harmoniza a legislação específica dos cargos com o Estatuto do Servidor, conferindo segurança jurídica às cessões e aos atos de movimentação funcional.

No que tange à preservação do interesse público e da eficiência administrativa, a



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



flexibilização das regras de lotação e exercício permitirá à Administração dispor de instrumentos legais adequados para alocar servidores onde houver maior necessidade ou carência de pessoal qualificado, sem violar o princípio da legalidade. A medida contribui ainda para a efetividade das políticas públicas e para o melhor aproveitamento da força de trabalho concursada.

Ainda, o referido projeto tem por objetivo suprimir a exclusividade atribuída a determinados cargos na Administração Pública, a mudança proposta tem como finalidade proporcionar maior flexibilidade e dinamismo na gestão de pessoal. A medida permitirá que servidores de cargos específicos possam exercer outras atividades remuneradas, desde que respeitada a compatibilidade de horários e que essas atividades não gerem conflitos de interesse nem comprometam a eficiência no serviço público.

A alteração justifica-se pela necessidade de adequar a legislação vigente às novas demandas do mercado de trabalho e às necessidades dos servidores, possibilitando-lhes diversificar suas fontes de renda sem prejuízo do compromisso ético e profissional com suas funções públicas. Além disso, a medida reconhece as competências e qualificações dos servidores, que poderão ser aplicadas em outras áreas de atuação.

Ressalta-se que tanto as mudanças não implicarão impacto financeiro imediato sobre o erário, mas trarão uma significativa melhoria nas condições de trabalho e vida dos servidores, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, solicitamos que este projeto seja apreciado e votado com a celeridade que o tema requer, considerando que os objetivos visados pelo Projeto de Lei proposto são de interesse da Administração Pública.

Contamos o apoio dos nobres vereadores desta Casa para análise.

Atenciosamente,

Fernando Augusto Alves de Andrade  
**Prefeito Municipal**





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**



**Projeto de Lei** 78 /2025

*Altera dispositivos da Lei nº 2.349/2013, que dispõe sobre a criação da Carreira de Técnico em Gestão Pública Municipal, e dá outras providências.*

**O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG**, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87, da Lei Orgânica do Município, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 2.349, de 26 de setembro de 2.013, passam a vigorar com as seguintes redações:

*“§ 1º Regulamento disporá sobre a lotação e o exercício dos servidores ocupantes do cargo a que se refere este artigo, com competências relativas ao desenvolvimento de políticas públicas, gestão pública e administração.*

*§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração, ouvidas as demais secretarias, estabelecer a lotação dos cargos a que se refere este artigo.*

*§ 3º No interesse da administração, a Secretaria Municipal de Administração poderá definir lotação provisória de Técnicos em Gestão Pública Municipal em autarquias, fundações ou empresas públicas e cedê-los para outros órgãos públicos ou para organizações da sociedade civil, mediante convênios, parcerias, termos ou acordos firmados, autorizados por lei municipal, observando-se as normas legais vigentes.”*

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 2.349, de 26 de setembro de 2.013, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 30 A carreira de Técnico em Gestão Pública Municipal é de natureza administrativa e não se constitui em carreira típica de estado.*

*Parágrafo único. O cargo de Técnico em Gestão Pública permite ao servidor o exercício de outras atividades profissionais, desde que haja compatibilidade de horários e que essas atividades não interfiram no desempenho de suas funções públicas.”*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Despacho, 6 de outubro de 2.025, 114º ano de emancipação do Município.

Fernando Augusto Alves de Andrade  
**Prefeito Municipal**



Assinado digitalmente  
Fernando Augusto Alves de  
Andrade  
Prefeito Municipal